

Novos horizontes para as negociações da dívida

O processo de negociação de dívidas externas definitivamente mudou. É curiosa a coincidência de, amanhã, dia 3, se reunirem em Washington os ministros das Finanças dos grandes países industrializados — o chamado Grupo dos Sete ou G-7 —, tendo como um dos pontos principais de sua agenda a discussão de novas alternativas para a questão do endividamento. Hoje, toma posse o novo presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, reunindo em Caracas chefes de governo integrantes do Grupo do Rio, que insistem em não aceitar as brutais transferências de recursos que os endividados têm sido obrigados a fazer para pagar os encargos da dívida. Nas palavras do próprio Pérez, os países endividados do Hemisfério não aceitam “as condições de pobreza” a que foram condenados em razão do constrangimento imposto pelo serviço da dívida.

É possível que, como resultado dessa coincidência propícia, os latino-americanos enviem uma mensagem ao Grupo dos Sete, marcando talvez o início de uma discussão multilateral que, até agora, os países industrializados,

como um bloco, têm-se recusado a aceitar.

Tradicionalmente, reuniões dos ministros de Finanças dos países desenvolvidos têm ignorado a questão do endividamento dos menos desenvolvidos. Os comunicados emitidos ao final de suas reuniões rotineiras costumam apenas fazer referências perfunctórias à dívida do Terceiro Mundo, sugerindo sempre que sua solução deveria ser buscada por meio dos mecanismos de mercado.

O primeiro sinal de compreensão das dimensões que o problema poderia tomar foi a proposição do Plano Baker, na assembléia conjunta do FMI/Banco Mundial, realizada em Seul, na Coreia, em 1985. O plano, porém, nunca decolou, principalmente porque pressupunha um apoio ativo dos bancos credores privados, que estes nunca deram mostras de estar dispostos a oferecer. E, depois disso, o presidente francês, François Mitterrand, falando como uma voz isolada nas reuniões de cúpula, propôs o perdão da dívida dos países mais pobres, geralmente classificados no chamado Quarto Mundo, e reduções nos empréstimos a pagar pelos grandes endividados.

Mais recentemente, o primeiro-ministro japonês, Yasuhiro Nakasone, em final de mandato em 1987, sugeriu a adoção de um plano de maciços financiamentos aos países endividados, como forma de superar os obstáculos que suas dívidas externas impunham ao seu desenvolvimento.

Esse lento processo parece caminhar para uma rápida transformação nos primeiros meses de 1989. Um esquema, que até agora parecia quimérico, ou seja, a instituição de uma entidade que adquirisse com deságio títulos da dívida dos países endividados, colocando-os, depois, no mercado, por um novo valor, atraindo investidores e aliviando a carga das transferências de juros pelos endividados, pode estar bem próxima de transformar-se em realidade. Como foi noticiado, 26 bancos comerciais japoneses, credores do Brasil, venderão seus créditos ao País, no valor de 73 bilhões de ienes, equivalentes a US\$ 561 milhões, para uma entidade, controlada por eles próprios, denominada JAB e sediada nas ilhas Cayman.

A transação será feita com um deságio de 65%, ou seja, por US\$ 0,35 para cada US\$ 1,00. Como

a legislação japonesa veda a concessão de abatimentos sobre o valor nominal de dívidas contraídas, os prejuízos serão arcados pela subsidiária das ilhas Cayman, que revenderá ou converterá esses valores em investimentos. Para isso, os bancos contarão com incentivos fiscais do governo de Tóquio.

A sugestão de Nakasone, portanto, evoluiu consideravelmente. E é previsível que o mesmo ocorra com os Estados Unidos. Embora a notícia não tenha sido confirmada oficialmente, James Baker III, ex-secretário do Tesouro e agora secretário de Estado dos Estados Unidos, vai anunciar, na reunião do G-7, uma nova estratégia de seu país para lidar com os problemas do endividamento.

São sinais de que o diálogo, por tanto tempo adiado, começa a tomar forma, demonstrando uma nova consciência dos países industrializados quanto aos riscos que o endividamento acarreta. Não só a estabilidade do sistema monetário internacional está ameaçada, mas o próprio futuro dos países que recentemente reconquistaram, a duras penas, a democracia.